

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

SUELLEN NAYARA SILVA SOARES

**JOGAM PEDRAS NA GENI!!!  
A PROSTITUIÇÃO COMO ATIVIDADE LABORAL MARGINALIZADA.**

Juazeiro do Norte  
2019

SUELLEN NAYARA SILVA SOARES

**JOGAM PEDRAS NA GENI!!!  
A PROSTITUIÇÃO COMO ATIVIDADE LABORAL MARGINALIZADA.**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Psicologia.  
Orientador: Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima.

Juazeiro do Norte  
2019

**Jogam pedras na Geni !!!**  
**A prostituição como atividade laboral marginalizada.**

Suellen Nayara Silva Soares<sup>1</sup>  
Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima<sup>2</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a prostituição enquanto atividade laboral marginalizada, buscando explorar as compreensões sobre o trabalho marginal como produtor de identidade, identificando como se estrutura o consumo do corpo da mulher na atualidade e relatando as expressões históricas culturais que alvidram a marginalização da prostituição no Brasil. Trata-se de uma perquirição bibliográfica exploratória qualitativa descritiva, na qual foram selecionados 13 artigos das bases de dados Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC); Scientific Electronic Library Online (SCIELO); BVS Psicologia Brasil; Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), com critérios de inclusão sendo todos em português, utilizando os descritores: trabalho, identidade, consumo, prostituição e corpo, sendo selecionadas apenas as retratavam a experiência da prostituição por mulheres brasileiras ou residindo no Brasil, uma vez que optou-se por pesquisas em um delineamento de tempo no período de 2000 a 2019, buscando perceber as diferentes significações da prostituição nessa temporalidade. Para além, foram elencados conteúdos publicados em anais, livros, revistas eletrônicas e documentações com conteúdo acerca do consumo do corpo da mulher e da prostituição. A pesquisa constata a discussão em torno das variadas atribuições sobre a prostituição, culminando na classificação de prostitutas diante de nuances experienciais, refletindo na construção identitária frente as subclassificações estipuladas de acordo com saberes médico, jurídico, social, trabalhista e também popular que alvidram as significâncias a respeito da prostituta na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Trabalho. Identidade. Consumo. Prostituição. Corpo.

**ABSTRACT**

The present work aims to analyze prostitution as a marginalized work activity, seeking to explore understandings about marginal work as an identity producer, identifying how the consumption of women's bodies is structured in the and reporting the cultural historical expressions that have led to the marginalization of prostitution in Brazil. This is a descriptive qualitative exploratory bibliographic survey, in which 13 articles from the Electronic Journals in Psychology databases (PEPSIC) were selected; Scientific Electronic Library Online (SCIELO); VHL Psychology Brazil; Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), with inclusion criteria all in Portuguese, using the descriptors: work, identity, consumption, prostitution and body, and selected only portrayed the experience of prostitution by Brazilian women or residing in Brazil, since research was chosen in a time design from 2000 to 2019, seeking to perceive the different meanings of prostitution in this temporality. In addition, content published in anais, books, electronic magazines and documentation with content about the consumption of the woman's body and prostitution were listed. The research finds the discussion around the various attributions about prostitution, culminating in the classification of prostitutes in the face of experiential nuances, reflecting on the identity construction in front of the subclassifications stipulated according to medical, legal, social, labor and also popular knowledge that has increased the significance of prostitutes in Brazilian society.

**Keywords:** Work. Identity. Consumption. Prostitution. Body.

---

<sup>1</sup>Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: suellenayara02@hotmail.com

<sup>2</sup>Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: italo@leaosampaio.edu.br

## 1. INTRODUÇÃO

A presente perquirição busca compreender perspectivas acerca do ofício que popularmente é conhecido como mais antigo do mundo, sendo que este como tantos outros não foi isento de mudanças históricas. Ao falar das mulheres no âmbito da prostituição, é cabível indagar e buscar referências sobre as diferentes condições específicas individuais e de cunho coletivo que permeia a prática ao longo dos tempos.

A contemporaneidade denota que o comércio carnal pode apresentar vinculação à questão de normatizações, institucionalização, produções coletivas de sexismo, classismo e racismo, sendo imprescindível ainda alicerçar esses estudos a temática de gênero. Nesse sentido, o estudo introduziu a significância da prostituição considerando-a como uma atividade laboral marginal, retratando os significados atribuídos ao trabalho marginal na sociedade brasileira.

O campo da sexualidade é permeado por valores sociohistórico, colocando à prostituição como produção marginal, construindo imagens em torno das mulheres que a exercem culminando muitas vezes na discriminação e exclusão social, como também viabilizando muitas vezes por recorrentes atos de violências físicas e simbólicas. Os estigmas sociais foram propostos historicamente por saberes de instituições médicas e da jurisprudência, tornando imprescindível denotar as construções de ambos os saberes na construção de verdades penalizantes e patologizantes que circunscrevem as prostitutas como mulheres ora criminosas, outrora patológicas por apresentar uma vivência sexual “não normativa”.

Ir de encontro ao tema profere a discussão das profissionais do sexo enquanto autoras de movimentos em na defesa da regulamentação da prostituição como profissão, buscando adequações no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para favorecer a criação de políticas públicas e mecanismos trabalhistas que diminuam a marginalização e precariedade dessas profissionais.

Por outra via, o debate do empreendimento é mencionado como mecanismo de alimentar um sistema capitalista, pautado na comercialização dos corpos femininos, pressupondo uma mercantilização de mulheres diante de uma sociedade de consumo. Tais observações, lutam na direção da desnaturalização do trabalho sexual e a discussão da pauta aludindo a mesma como mecanismo de escravização contemporânea das mulheres, através da exploração e dominação, uma vez que segundo algumas autorias, esse âmbito não isenta-se de relações de poder.

Nesse sentido, a pesquisa problematizara as construções e saberes associados ao objeto de estudo, bem como compreender aspectos que marginalizam a atividade laboral, retratando

também acerca do consumo do corpo de mulheres, subsidiando a ciência psicológica entender sobre essa atividade laboral marginalizada e como atuam as mulheres diante desse atividade, uma vez que a prostituição pode apresentar sofrimentos oriundos da prática e/ou dos estigmas sociais que cercam as mesmas, respaldando a psicologia ao trabalho para o enfrentamento das violências que permeiam a prostituição.

## **2. METODOLOGIA**

A perquirição alvidra o caráter bibliográfico exploratório qualitativo descritivo, segundo Gil (2010) a pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa que tem como base materiais publicados, sendo esses expostos em livros, dissertações, artigos, revistas, teses, entre outros que subsidiam o pesquisador identificar conhecimentos em torno do seu tema. Foram selecionados artigos das bases de dados Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC); Scientific Electronic Library Online (SCIELO); BVS Psicologia Brasil; Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), com critérios de inclusão sendo todos em português, no período de 2000 a 2019, utilizando os descritores: trabalho, identidade, consumo, prostituição e corpo. As pesquisas selecionadas corresponderam apenas as pesquisas que retratavam a experiência da prostituição por mulheres brasileiras ou residindo no Brasil. Para além, foram elencados conteúdos publicados em anais, livros, revistas eletrônicas e documentações com conteúdo acerca da prostituição e da psicologia social do trabalho.

## **3. REFERENCIAL TEORICO**

### **3.1 A POLISSEMIA DO TRABALHO**

A primeira indagação a ser respondida nessa perquirição será: o que é trabalho? O conceito de trabalho é dotados de polissemias. Dentre essas o trabalho é visto como eixo primordial na relação do homem com o mundo, compreendendo que o mesmo é epicentro que fundamenta constituição do homem sujeito social, como também meio de produção de riqueza social e de exploração através do capitalismo, ocorrendo a construção de uma subjetividade a partir da experiência com o mundo do trabalho Marx (1980).

Ao passo que o ser humano evoluiu, o trabalho fora evoluindo. Arendt (1958 apud Rodrigues 2010) trata a condição de ação que possibilita a realização de atividades para modificar o meio, porém, a mesma transcreve uma diferença entre ação e trabalho, já que o trabalho é meio de construir bens duradouros. A autora ainda expõe suas ideias sobre o conceito de labor, sendo este como um esforço mental e físico de forma mecânica.

Para além, os significados do trabalho se encontram com mensurações ideológicas que modelaram avaliativo e efetivamente como as pessoas se reportam, de acordo Bastos, Pinho e Costa (1995) dividindo de duas maneiras, primeiramente está vinculado à forma cotidiana de muitas vezes expressa-lo como fardo, peso, sendo consonante à sacrifício, sendo encontradas bases para isso no antigo testamento da bíblia sagrada quando o mesmo é posto como punição ao pecado original de Adão e Eva.

No outro eixo há um teor avaliativo positivo que vê o trabalho como meio de propiciar a dominação da natureza, enquanto significância de empenho, determinação para um objetivo, uma vez que a após a reforma protestante o trabalho passou a ser tratado como mecanismo de salvação e provação dos caprichos exigidos por Deus.

Os significados do trabalho refletem em investimentos na produção de produtos, realizações de serviços para o alcance individual e coletivo de bens que resultam na co-criação-cultura, trabalho, pessoas- de identidades. Ampato, Moreno e Crespo (2001) *apud* Souza e Junior (2015) afirmam a apropriação do trabalho pelo emprego ocasionando em uma situação em que somente as pessoas mais qualificadas, produtivas e com utilidade para atividades laborais, são resguardadas e inseridas para o mercado produtivo.

### *3.1.2 Marginalização do Trabalho e construção de identidade a partir do mesmo*

No Brasil, nunca houvera estado de bem-estar social, existindo em sua historicidade uma crise do trabalho permanente, por exemplo, por volta de 1880 havia diferenciação de trabalho e não-trabalho, ambos classificados pela burguesia que buscou formas de romper com valorização negativa do trabalho, já que este era relacionado a escravização e a vadiagem (ENGEL, 2004).

O país também nunca esteve isento da naturalização sócio-histórica onde os trabalhadores se dispõe muitas vezes a realidades insalubres para conseguir capital, de acordo com Lacerda e Lara (2012) advinda de acordos estabelecidos entre a burguesia nacional e internacional que vende a força de trabalho brasileira como mera mercadoria.

Segundo Rago (2004) o trabalho das mulheres é revestido de significado pejorativo no Brasil 1890-1930, uma vez que as mulheres careciam de melhores condições de trabalho no âmbito fabril, buscando reivindicações por melhorias e direitos, mas sempre empregadas apenas para o trabalho da mãe, sendo fechada as portas da profissionalização e cargos de chefia.

A globalização econômica e o senso neoliberal trouxe intensificação da produção de mercadorias e sua venda, mas também criou a imagem de uma sociedade com aprofundamento

da taxa de desempregados, terceirização, crescimento da informalidade laboral e poucas ações das entidades sindicais.

O Estado pouco se prestou à responsabilizar-se por essas nuances, ocasionando em um grande número de pessoas que se tornaram vítimas dessas poucas garantias de direito cidadão que o Estado de bem-estar social incorporou por muito tempo Silveira (2013). A globalização econômica trouxe também um paradoxo para as mulheres, pois na medida que intensificou a inserção de mulheres no mercado de trabalho também colocou as mesmas na terceirização e nas atividades laborais informais Hirata (2009).

Relata Pontes e Lima (2017) que no nordeste brasileiro as mulheres se afastam do mercado de trabalho por vários condicionamentos, sendo o papel de cuidadora do lar e dos filhos delegados para meninas através de um forte discurso sociocultural patriarcal, que as fazem abdicar da possibilidade de inserção no mercado de trabalho e da escolarização, optando pelo casamento como mecanismo de escapar da pobreza, todavia, quando buscam fugir desse padrão são vítimas de violências. Segundo Gugik (2001) no norte e nordeste as meninas menores de dezoito ano por necessidade de combater a miséria em que vivem, optam pelo mundo da prostituição, elaborada pelos agentes e autoridades que aliciam as mesmas.

Há pesquisas que discorrem sobre a nova divisão sexual do trabalho, sendo as atividades de maior domínio intelectual e técnico e ainda com capital intensivo realizadas predominantemente para os homens, enquanto as atividades de maiores esforços laborais exigindo menos qualificações são ofertadas para mulheres, imigrantes e negras (os), (Hirata 2002 apud Antunes (2004).

De acordo com Oliveira (2009) o exercício do trabalho precário acaba associando ao exercício de trabalhos atípicos que estão longe de boas garantias de salário e direitos trabalhistas, mas que são executadas como forma de sobrevivência. Logo, os sujeitos ao efetivarem uma atividade laboral marginal e com isso constroem identificação com os espaços e condições marginais.

Segundo Schmitt (1988) a marginalidade concerne um estatuto de formalidade e informalidades sociais que orientam para exclusão social, introduzindo uma ruptura no corpo da sociedade, seria o deslocamento das condições de direitos. Existindo assim sentidos orientados teoricamente ora para integração, ora para exclusão de pessoas. Os operários da indústria têxtil, os ciganos, os leprosos, as prostitutas e entre outros enquanto grupos que ao longo dos tempos sofreram com estigmas sociais. Dessa maneira, pode-se observar a inclusão de alguns, porém, outros ainda pairam como sem voz social.

Todavia, a porção vulnerável da sociedade brasileira que é posta para longe das benesses é também a responsável pela geração do capital e pela manutenção do estado, em outras palavras os marginalizados também comercializam e usufruem do que o mercado oferece (NEVES e NEVES, 2006). Para (Morin 2002 upud Silva et al 2013) expressa que um trabalho moralmente aceito na sociedade é um trabalho que possui sentido, questionando então os trabalhos que não são aceitos, que se opõem às regras sociais e valores morais enraizados em preceitos éticos e espirituais. Portanto, as prostitutas mostram-se nessa categoria, já que estão marginalizadas e sua profissão não é aceita na sociedade.

Ao situar que o trabalho é mecanismo de construção de identidade social, prescreve-se então a ideia na qual de acordo com Ciampa (1987) identidade como uma constante transformação vivenciada pelo ser humano que tem o resultado provisório de uma intersecção entre a história de vida, seu contexto social e seus projetos, mantendo caráter dinâmico que pressupõe um personagem. A experiência de um papel previamente modelado pela cultura é fundamental para construção identitária.

De acordo com Jacques (2012) a identidade é gerada pelo processo de socialização que o indivíduo vivencia na sociedade e garantida pelo processo de individualização. Assim sendo, identidade pode ser representada pelo nome, pelo conjunto de representações que o indivíduo possui para responder quem ele se é.

As afirmativas acerca dos grupos marginalizados citado anteriormente, vincula-se muito bem com a ideia sobre a marginalização dos sujeitos sociais, postulada por Freire (1979) que de acordo com o autor mais tem haver como ato de violência social, Sugerindo uma leitura de que marginalidade não é estar de fora, mas sim no interior de uma estrutura, pressupondo agente e razões para alocação de pessoas enquanto doentes sociais

No anseio de construir uma explicativa sobre o fenômeno, outro conceito que se encaixa em tais preposições, trata-se de filiação e desfiliação, na visão de Castel (1998), são mais adequados em oposição ao de exclusão social, afirmando que o trabalho concede o exercício da cidadania atuando como meio de afiliar os indivíduos em um estado de segurança, ou seja, de maneira divergente a desfiliação atua como impossibilidade de vínculo societal, sendo a pessoa inútil para sociedade como um todo.

Nesse sentido, pode-se aqui relacionar a perspectiva de Castel (1998) com a ideia de Silva e Cappelle (2017), na qual os autores discorrem que o aumento do desemprego faz com que os indivíduos valorizem o fato de possuir emprego, principalmente porque os desempregados são desprezados, desqualificados e até mesmo marginalizados, referenciando o

trabalho com uma dimensão psicológica do indivíduo afetando sua autopercepção e sua experiência de ser no mundo.

Nesse sentido, Dejours (1994) aponta que sofrimento e prazer são sentidos oriundos das vivências singulares dos sujeitos, podendo ser sentidas por qualquer um, o sofrimento é apresentado como impossível de não ser experienciando, pois é interligado com as ações realizadas, todavia, também se apresenta como um fator mobilizador para a criação de mecanismos coletivos e/ou individuais para proteção do sofrimento.

Ainda nas ideias do autor supracitado é pela vivência do trabalho que o sujeito consegue evoluir sua humanidade, através da significação com o campo do real que tanto gera sofrimento como também emancipação. Para que noção seja possível é indispensável que ocorra uma triangulação composta por: Eu (dimensão subjetiva); Real (mundo concreto); Outro (dimensão social) essa enquanto legitimadora.

Mendes (2007) refere que o sentido do trabalho depende da relação entre subjetividade do trabalhador, do coletivo do trabalho e do saber atuar, sendo o trabalho sempre associado ao binômio prazer e sofrimento, já que o mesmo pode acarretar em adoecimentos, patologias. O trabalhador é capaz de sempre atribuir novas concepções sobre seu fazer diante da organização do trabalho.

Nesse sentido de acordo Mancebo et al (2002) quando acontece uma naturalização das relações sociais e de trabalho precárias, essas acabam encobrendo uma realidade de exploração para com o trabalhador, esse movimento que resulta a opressão de massas consumidoras e trabalhadoras que estão alienadas no anseio de consumir sem refletir acerca da natureza da mercadoria.

### 3.2 O CONSUMO COMO MECANISMO NÃO VERBAL PARA COMUNICAR IDENTIDADES

A cultura de consumo suscita perceber as formas de organização diante da sociedade. Consumir assumiu característica crucial na dinâmica contemporânea, sendo confluência entre a cultura, as ideologias político-econômica e a mídia. Esses que entretecem e retroalimentam uns aos outros (ARAÚJO, 2010). Segundo Pereira e Ayrosa (2012) dispõe que a experiência do cotidiano vigora o ter para ser como mecanismo encontrado pelos indivíduos para comunicar quem se é, de onde pertence. Investimentos que partem desde da alimentação ao que se veste são aspectos para construção identitária.

“A separação entre o passado e o presente só se fez aparente de um modo significativo a partir de finais do século XVIII e início do XIX, quando passou a haver um apego

maior a símbolos materiais e novas percepções que culminaram com a paixão por tudo que é novo, em contraposição a um entendimento de que o passado era o velho, o descartável. O longo e lento processo de construção das formas modernas de comportamento e valores contou com significativas mudanças na cultura, com a instauração de novas condutas, que foram introjetados na estrutura psíquica. Nessa conjuntura se viu a transformação das “coisas do mundo moderno” em produtos a serem consumidos.” (ZANIRATO E ROTONDARO, P.77 E 78, 2016)

De acordo Polón (2011) a revolução industrial deu maior importância ao relacionamento consumidor-consumo. A indústria passou a investir na construção do desejo de obter. O modelo capitalista onde tudo tem prazo de validade, validade bem mais rápida, conseguiu estabelecer a compra de mercadorias para além do seu uso em si, inserindo na dinâmica social um significado mais emergencial, definir quem é quem na sociedade.

Iniciou a partir desse momento na história humana, o objetivo de suprir a felicidade através da compra, na expectativa de possuir bem-estar. Os objetos de luxos além de estabelecer critério de merecimento, representa a capacidade de conferir diferenciação social à aqueles que os consomem. A impossibilidade de consumir o melhor em maior quantidade, marca o demérito social.

O aspecto fetichista da mercadoria foi critério de análise para Marx desde (1980), onde o autor refere a mercadoria como fator de encobrir as relações entre os homens. As relações sociais e o trabalho ficam reduzidos ao valor de troca da mercadoria, sendo o valor da última que pressupõe como a sociedade se organiza, um valor posto antes mesmo de um produto circular para as pessoas.

Não apenas Marx, mas Souza e Oliveira (2016) categoriza a ideia de fetichismo da mercadoria na qualidade de difundir uma falsa ideia de inclusão social através do consumo, sendo a mídia perspicaz em apelar para as molduras delineadas pelo capitalismo. A alienação é marca do consumismo ocasionado pelo fenômeno político, tecnológico e cultural da globalização.

Severiano e Kossovitch (1999) defende a ideia do surgimento de um *ethos* que passa a ser orientado pela ética de consumo, fundamentada no ideal de felicidade e auto realização, a partir de um duplo ocultamento do valor da mercadoria, que agora obedece ao movimento de valor-signo. Então consumir não sacia apenas uma necessidade, na verdade o comprometimento dos indivíduos com o consumo é voltado para uma função de reproduzir um sistema sociológico de signos, objetivando um linguagem que organize valores ideológicos, criando um valor-signo das mercadorias, fundada na ideia racional de obter status sociais a partir dos objetos e das marcas, Bruddilard (1995).

Por isso a mídia traça um papel importante na divulgação de referências para esse empreendimento, atuando como principal promotora em dignificar as mercadorias acionando o interesse dos disciplinados em consumir. Todavia, não são produções publicitárias almejando a venda apenas de um objeto-coisa, mas sim venda de símbolos. Com o papel de educadora de desejo, instigando ferozmente para o saciamento da necessidade de serviços e bens dispostos pela sociedade capitalista, a mídia oferta uma educação que aliena os indivíduos, restringindo-os ao mundo do marketing publicitário no anseio de resoluções para conflitos psicológicos ou sociais Severiano et al (2011).

Nesse segmento, os sistemas simbólicos só possuem poder de estruturar porque são estruturados, poder advindo de uma ordem epistemológica com espaço, tempo e ordem definidas para integrar um consenso social sobre significados de ordem moral e lógica perpassadas convívio societal Bourdieu (1989).

Conclui Padilha (2016) que sem a publicidade intensificando a propagação do caráter positivo dos indivíduos comprarem cada vez mais como garantia de possuir melhoria de vida e status social não haveria tantos indivíduos atuando mais como consumidores do que cidadãos, as personalidades não estariam em um estado de narcisismo, sendo seu próprio objeto de amor, consumindo sem culpabilizações. Há pessoas sem pensamentos voltados à um estado altruísta, o que torna a existência humana subtraída.

Severiano e Kossovitch (1999) discorre que a subjetividade do cliente é o principal alvo da publicidade, pois existe um consenso à respeito de tornar persuasivo e sedutor o produto/uso, elaborando uma mendicidade com caráter lúdico e hedonista mantendo o cliente no anseio pela satisfação e realização. O caráter hedonista do consumo para Campbell (2001) em sua teoria psicogenética do consumismo, caracteriza-se pela sobreposição de desejos emocionais frente à projeção criada pelos indivíduos em menção aos objetos, indo além de seus atributos reais, as expectativas hedonistas são determinantes da escolha de serviços e dos bens consumidos, uma vez que a insaciabilidade do prazer e a busca desenfreada de bens- materiais ou não materiais- são confluentes com a imaginação e a realidade negando o caráter materialista.

Costa (2005) deslinda crítica à forma como Campbell prescreve a sua tese, retornando à agraciar a relevância dada aos indivíduos de encontrarem nos objetos uma forma de espelhar-se no mundo, ou seja, a compreensão psicológico-cultural dos motivos de consumir partem da premissa de construção da personalidade do comprador. Segundo Baudrillard (1995) o corpo é o mais de todos os objetos de consumo, sendo posto em meio a obsessão de obter sempre a juventude, a feminilidade e a virilidade através dos regimes, dos cuidados e da higiene.

### *3.2.1 Corpo e consumo*

A latria do corpo institui-se como conformação de consumo cultural, se adequando as decisões mercadológicas de compra, requerendo aos corpos atuarem como fontes de transmitir como o indivíduo se constrói na sociedade. Conseqüentemente, o corpo transpassa como a cultura coage e transcreve padrões a serem seguidos Castro (2003).

Com o início da ciência moderna, incidia a dessacralização do corpo que antes era concebido como molde de barro elaborado por e para Deus, de acordo a tradição Cristã. O objeto que antes vinha do barro, fora posto por Descartes como estrutura pensante, com bipartições de mente e espírito, possuinte da verdade, uma vez que essa era mediada pela razão Costa e Severiano (2007). O corpo é na filosofia do autor máquina, por isso surge a concepção de um corpo-objeto, corpo autônomo pois já não se põe aos sacrilégios da mão divina.

Nesse sentido, (Bercito 2011 apud Silva 2013) entendem que o corpo sempre foi o primeiro instrumento de trabalho, mas com o capitalismo industrial o corpo passou a ser maior identificado como mão-de-obra, passando a serem estipulados como instrumentos dóceis, produtivos para maior eficiência e movimentos controlados. Com isso surge o culto ao ser humano moderno dotado de capacidade de por si só responder as exigências do mundo fabril, de vender sua mão-de-obra e buscar suas próprias condições de sobrevivência. Assim sendo, os indivíduos foram postos em processo de modernização e urbanização crescente que construiu a emprescibilidade de vigia e punição.

Mas Costa e Severiano (2007) aludem uma mudança importante por volta do século XX, expressa na ação dos meios de produção e mídia para elaboração de um corpo não apenas produtor, mas beneficiado pela indústria cultural, na qual propôs o desdobramento do controle representado na exigência de um corpo submetido a cuidados contínuos, no intuito de purificá-lo de qualquer mau que ocasionasse a falta de juventude, beleza, força e saúde.

Para Novaes (2011) o corpo é capital, não somente o corpo orgânico por vender o seu sangue, tecidos e órgãos, mas pelo objeto expressar valor de troca, status, sendo signos interligados ao mesmo, são condensados na figura de um corpo ideal, corpo belo que traduz os valores da cultura de consumo. Esta busca pelo corpo perfeito na visão de Lobo e Souza (2013) é o que a indústria cultural necessita para dispor de uma sociedade consumidora, já que para contemplar a sociedade com um corpo ideal não tem como fugir do mercado de cosméticos, das clínicas de estéticas, dos alimentos lights, dentre outros. Por isso defendem que o corpo é um bem material.

Trata-se da interligação do estado corporal e experiência subjetiva, isso acontece, pois ao alcançar o controle do corpo, portanto, dispondo-o de acordo com ideais da indústria cultural, consegue-se um dos corpos referência, visto que a imagem ideal é passada a partir da associação do corpo do outro. Surge então o que Le Breton (2003) denominou de corpo-rascunho, um amontoado orgânico em uma maratona infinita de ser o mais belo dos corpos, obediente ao imperativo da estética que o conduz as transformações constantes das indústrias que garantem a obtenção de sucesso e felicidade.

### *3.2.2 O corpo feminino a ser vendido a ser controlado*

O corpo da mulher sofreu transformações culturais, por exemplo, na Europa do século XVI o corpo era circunscrito pelo puritanismo e vergonha referente à sexualidade e aparência, nesse período o modelo de seios grandes e roliços era tido como preferencial. Esse padrão perdurou até o século XVII, quando houve mudança sendo posto o corpo feminino delicado e romantizado Vasconcelos, Sudo e Sudo (2004).

Com o século XIX veio também redefinições políticas, já que o público e o privado era pauta crucial, o sexo também equivalente nessa discussão. Foi justamente por essa eclosão de discussão sobre corpo, sexualidade e também o processo industrial que suscitou a necessidade das mulheres aderirem a dietética e a busca desenfreada para obtenção do corpo ideal. Iniciava-se para Guedes e Pereira (2017) o processo de artificialização do corpo feminino que deveria corresponder ao ditado da moda e da mídia, visto que a partir de então o desejo pela perfeição era influenciada pelas diversas revistas nacionais. Eis o culto ao corpo sem estria, manchas, celulite, peso para ser belo.

De acordo com Novaes (2011) a moda do corpo magro associado à condição de saúde permanece nos dias atuais como exigência de uma cultura de massa requisitada por mulheres, mas que também agrava dores nas mesmas. O corpo tornou-se o próprio calvário, esse que não pode ser desassociado da dinâmica de troca de valores e bens, de uma dinâmica social ocidental.

Segundo Wolf (1992) os homens utilizaram da beleza feminina como forma de moeda, uma vez que a Revolução Industrial suscitou as mulheres perceberem como a própria beleza atua no sistema econômico, à medida que as mulheres lutavam por poder, acesso trabalhista e política, mais intensificado o mito da beleza se tornava.

Para a autora supracitada, o mito da beleza não é avinto as mulheres, ele diz respeito às promulgações masculinas e o poder expresso socialmente pelos homens ao criarem simbologias para considerar quais são as mulheres belas, como estas devem se comportar de acordo com o

espaço e tempo que circunscreve seus mandatos. Dentre os aspectos criados encontra-se o envelhecimento, manifesto enquanto feio porquê dispõe as mais jovens perceberem que o tempo passa e que já serão belas, o que contribui com o afastamento de mulheres de gerações mais novas para com as mais velhas. O mito da beleza atinge sexo, religião e trabalho acarretando em uma vulnerabilidade que necessita sempre das aprovações externas para supri-las.

Além disso, Novaes (2011) discorre sobre a moralização do corpo da mulher fazendo com que as mesmas se sintam em constante mal-estar devido à insatisfação com os próprios corpos. Os dispositivos de repressão são reelaborados, pois há uma diferenciação entre os discursos de educação sexual, que para as mulheres de classe superior aparece de forma a não ferir sua decência. Diferente das classes inferiores onde os discursos inscrevem mulheres pobres como vulgares e obscenas.

Rago (2014) ao historiar a vida de mulheres, delucida como fora construído um imaginário social sobre o corpo e sexualidade das mulheres, visto na simbolização da mulher-esposa-mãe-dona-de-casa portadora de um corpo que deveria ser assexuado, santificado ao ser comparado com a virgem Maria sempre responsável à fazer dos seus seios espaço privilegiado dos filhos, ofertando à melhor amamentação- vigiada pelo saber médico- ao futuro da nação.

Nada obstante, atuava outros corpos na sociedade, classificados pelo saber médico e criminológico como corpos sexuados, doentes, impuros, insignificantes, públicos. Assim piara sobre o imaginário societal o corpo da prostituta-mulher pública-puta, esse posto à consumo para que as mulheres pudessem consumir em uma sociedade que sempre colocou às mulheres em posição de serviçal. Segundo (Pasini 2000 apud Burbulhan, Guimarães e Bruns, 2012) no mercado sexual a relação prostituta-cliente é baseada no corpo mercadoria, diferente das relações pessoais à prostituição trabalha na estipulação de quanto vale a mercadoria.

### 3.3. COMO É MENCIONADA A PROSTITUIÇÃO?

A prostituição é reconhecida popularmente e no meio acadêmico como a profissão mais antiga do mundo Gershon (2006). Nesse sentido, vai de acordo com os escritos antropológicos que retratam o ato de prostituir-se desde 3.000 a.C no Médio Oriente, quando as prostitutas eram consagradas deusas Moreira (2009).

Na Grécia Antiga, a prostituição foi posta para fins lucrativos, o Estado passou a criar lugares específicos para a prostituição, passando os homens a lucrar com comércio sexual e o Estado ao cobrar impostos. Havia mulheres que também lucravam quando comandavam seus

próprios estabelecimentos, essas nomeadas de meretrizes, (Roberts 1998 apud Warner e Santin 2016).

De acordo com as ideias dos autores supracitados a prostituição em Roma também era aceita, o Estado incorporou o cadastrado estatal para as prostitutas de classe baixa, uma vez cadastrada não era removida do grupo, essa ideia acabou dividindo as mulheres em: meretrizes cadastradas e não cadastradas. Por que a prostituição possivelmente passou de endeusamento para marginalidade? Com o advento da institucionalização do cristianismo surge uma época onde as práticas sexuais foram impossibilitadas de serem manifestas, sendo as leis promulgadas ao combate da vulgarização do corpo Moreira (2009).

Para além do cristianismo refere Lopes (2017) o campo evangélico pentecostal que baseado em alguns testamentos da bíblia- Deuteronômio 23:17-18; Ezequiel 16:32-34- alicerçando a meretriz como ser que transgride as leis de Deus fazendo o templo sagrado da tríade- o corpo- profano.

Por outra via, a ex-prostituta é mantida como símbolo da mulher que resolveu converter-se as leis de Deus, por exemplo, Maria Madalena. O exemplo ainda perdura ao longo dos tempos podendo ser associada quando muitas mulheres evangélicas dizem serem resgatadas, inseridas em uma vida melhor, mesmo que alguns casos a condição financeira seja pior no exercício de outra profissão “[...]Porque o dinheiro do trabalho como empregada doméstica – função que desempenha hoje – é um dinheiro honesto, justo, resultado do suor de um trabalho aceito socialmente como profissão.” (LOPES p.38,2017).

### *3.3.1 Como classificar as prostitutas?*

Para Bastos (2003) prostituir é levar a para prostituição; desmoralizar; rebaixar-se; entregar-se à prostituição. Barros (2005) refere que não é difícil de associar prostituição como relação de trabalho, já que o esforço expressa uma situação laboral, uma vez que são vendidos o sexo e o fetiche advindos de relações mecânicas, sendo o quarto e a cama postos de trabalho; o âmbito público ou privado- a boate, a rua- são locais exercício do mesmo. O corpo é instrumento e mercadoria das prostitutas, já que acontece uma relação de mercado com burocracias que estipula quanto o mesmo vale.

Segundo Silva (2006) algumas mulheres classificam a prostituição como trabalho, mas se escondem para evitarem os preconceitos e estigmas relacionados as prostitutas, por isso muitas mulheres possuem vida dupla sendo sua atividade laboral escondida da família,

principalmente dos filhos. Em outros casos essa pratica é aceita por ser intitulada como uma forma de complementar a renda familiar.

Penha et al (2012) a prostituição é milenar que foi reposicionada para o exercício de uma sexualidade controlada por meio da classificação de uma pratica não divina imposta por instituições religiosas. Focando na prostituição feminina encontra-se as abordadas por Moreira (2007) em primeiro lugar as prostitutas da estradas definidas como a última na pirâmide de serviços sexuais, configurada na mulher com baixa escolaridade, sempre sujeita à violências devido ao próprio ambiente que trabalha, sendo requisitada por clientes com baixo status econômico e social.

Continua o autor mencionando também à prostituta de rua, localizada em um degrau a mais comparada à anterior, seu local de trabalho como o próprio nome já diz é na rua, na esquina, sempre focada em conseguir clientes que passam na localidade, embora algumas possuam clientes fixos. Outra classe diz respeito às prostitutas de bordéis, essas que supostamente são mais protegidas comparadas as anteriores, pois ao se associarem ao estabelecimento passam a serem regidas pelas normas circunscritas no local.

Segundo Silva, Costa e Nascimento (2010) são locais com organização própria, muitas vezes alocados em lugares mais discretos tentando não trazer desconforto para vizinhança, devido ao fluxo de pessoas muitas vezes se encontram de portas fechadas ou em rodovias. De acordo com Burbulhan, Guimarães e Brunis (2012) as profissionais do sexo são prostitutas de classe mais elevadas, justificam a inserção nessa prática como forma de conseguir dinheiro para melhorar sua vida conseguindo uma ascensão na sociedade de consumo. Em contraposição também é vista nos discursos das trabalhadoras a relação não apenas comercial, mas a condição de possuir prazer na execução.

Oliveira, Guimarães e Ferreira (2017) refere as prostitutas de luxo como o perfil de mulheres que possuem clientes residentes de classe alta da cidade, vendem seus serviços em boates, clubes de strip-tease e por meio de sites que as expõe em catálogos. Além disso, muitas delas são contratadas como acompanhantes executivas e por isso buscam descrição na sua contratação. Barreto (2014) deslinda que essas permanecem na prostituição de luxo pelo empreendimento favorecer no consumo de roupas, acessórios e manutenção de um corpo que custa um alto nível de capital investido.

(Russo 2007 apud Burbulhan, Guimarães e Bruns 2012) discorrem sobre o estigma em relação a classificação das prostitutas, as prejorações não atinge todas, sendo a presença de acordo com o montante pago pelo serviço, ou seja, a prostituta mais bem paga afasta-se dos

estereótipos negativos da prostituição, sendo modificado o olhar e o tratamento da mesma. Por esse viés é possível ocorrer diferentes formas de tratamento de acordo com status social que possui a prostituta.

As variadas classificações não são recentes, Del Priore (2006) refere ao ano de 1845 quando no Rio de Janeiro existia meretrizes divididas em: aristocráticas ou de sobrado/de rótula/da escória. As primeiras eram de vários países e assumiram essa atividade por terem fracassado em sua carreira na Europa, essas atendiam os nobres políticos e fazendeiros, já as escórias era a classe formada por mulatas, mucamas e imigrantes simples, atendiam o filho do senhor de engenho.

Observa-se variadas formas de classificação das prostitutas perpassadas por intersecções que demonstram como a sociedade prescrevem essas mulheres e como elas atuam nessas classificações, por exemplo, relata Rago (2004) uma construção de um discurso que não apenas classifica as prostitutas como excluídas da sociedade quando comparadas as mulheres-mães-esposas-dona-de-casa, como também às subclassificações da prostituta pública e da prostituta clandestina segundo os médicos e policiais.

### 3.3.2 Higienização, criminalização e/ou regulamentação?

A violência tem sido um mecanismo de dominação nas relações de gênero, utilizada pelos homens para alocar as mulheres em posição de submissão, gerando desigualdades que partem de vários eixos. Dentre esses o caráter anatomo-biológico sempre fora utilizado, elaborando discursos e comprovações que a mulher é passiva e inferior quando comparada ao homem de acordo com as diferenças sexuais, (SILVA, 2006).

Nesse sentido, Fernandes (2009) diz que é possível entender que o corpo é o resultado de pedagogias postuladas de acordo com épocas e lugares, adquirindo diversos sentidos quando é investido de um poder regulador que o ajusta conforme preceitos, limitações, obrigações e autorizações que vão além da sua condição fisiológica.

A autora expõe que o homem sempre fora intitulado como indivíduo forte, inteligente, agressivo e com suma suficiência para o desenvolvimento urbano, passo em que a mulher, por ter uma natureza passiva não era necessária, visto que à sua fragilidade física e seu caráter desviante, sua inaptidão tornava-a inapta para experiência o mundo exterior.

O poder sobre à mulher ramifica-se para além da tutela do pai e do marido, sendo nos fundamentos higiênicos da medicina à mulher somente feita para ser depositaria de um feto Nunes (1991). Segundo Beauvoir (1970) há uma divisão de boas e más mulheres, sendo a

prostituta alocada na segunda premissa, portanto, assumem o papel de bode expiatório de uma sociedade, sendo a forma com que os homens encontraram de classificar a mulher honesta/casada/submissa e a outra como perdida/prostituta por não dispor à experiência casamento e a maternidade.

Ao visualizar mulheres que preferiam andar na rua, exalando perfumes fortes, desnudando-se, indo contra as moralizações masculinas sobre a impossibilidade de satisfazer seus prazeres sexuais, Rago (2008) discorre que no ato das prostitutas de transgredir o projeto regulamentista, foram condenadas à imundas do submundo, passando a serem associadas assim como a masturbação enquanto vício.

Oposto da mulher-mãe-esposa que não poderia buscar prazer sexual mesmo durante o coito matrimonial, à mulher da vida era aquela que decidia viver a sexualidade vagabunda, pondo seus desejos libidinosos à frente da maternidade. Ao desgarrar-se da moralidade burguesa era associada ao ser que necessitava de cuidados do Estado e da burguesia na condução da vida, Rago (2014).

De acordo com Engel (2004) embora o saber médico em meio as suas pesquisas sobre a prostituição via-se barrado nas concepções cristãs que estruturava o sexo, o prazer, o desejo e o corpo temas estigmatizados pela noção de pecado, não deixou-se abalar, dever-se-ia construir postulações para o combate das prostitutas.

A autora delinea em sua pesquisa à instauração da prostituição enquanto uma doença, um foco infeccioso que ameaça a saúde e a vida das pessoas, por isso que na perspectiva higiênica médica esses atos deveriam ser contidos, pois não poderiam as prostitutas com seus atos perversos- exposição do corpo- contagiar as moças inocentes, principalmente a prostituição clandestina que era a ameaça maior, pois era praticada até por moças recatadas, moças de família.

[...] O discurso médico fixou os limites entre a moralidade e a doença no campo da sexualidade, trazendo implícito um projeto de criar normas higiênicas do corpo, que era concebido não apenas num sentido físico, mas também num sentido moral e social. A partir desta perspectiva, o médico construía as categorias básicas de classificação: a perversão (a doença física), a depravação (a doença moral) e o comércio do corpo (a doença social). (GOMES p.61, 1994)

Foucault (2015) descreve que o domínio médico-psicológico utilizou a medicina das perversões aprimorando a noção de hereditariedade das doenças venéreas, da perversão. Fora criado um projeto médico de responsabilidade social e biológica que condenavam os que obstruíam ao controle político da medicina, da psiquiatria e da jurisprudência.

Essa ênfase na vigilância das prostitutas desde do passado associa-se com o modelo proibicionista, segundo Duarte (2016) essa prerrogativa defende que os sujeitos participantes dessa atividade devem ser repreendidos, isso inclui os agenciadores, as prostitutas e os clientes baseados no Direito Penal.

O repúdio pelas mulheres públicas não impediu os regulamentaristas, em específico Candido Motta apoiado nas ideias de Parent-Duchâtelet, justificar a existência dessas mulheres enquanto um mal necessário, devendo ser enquadrada em pontos específicos para que os homens pudessem despejar suas tensões libidinais.

A condenação da prostituição criou um fantasma social, um silenciamento, diante de tanto controle restava para prostituta o não-papel, o regulamento culminava no adestramento do próprio corpo diante de suas pulsões sexuais, por isso Gershon (2006) problematiza que o modelo regulamentista só fortificou as autoridades policiais em seu tratamento violento desde exames periódicos à subornos. Por esse viés é que surgiu o abolicionismo pelo movimento feminista que passa a denunciar o tratamento policial e médico.

Segundo Duarte (2006) há uma crítica ao abolicionismo, pois muitas vezes o que ele permite é não punir a pessoa que toma a decisão de prostituir-se por entender essa como vítima, porém não corrobora para proteção dos profissionais do sexo. O abolicionismo é utópico, uma vez que não culmina na criação e efetivação de políticas públicas apenas criminaliza aqueles (as) que aliciam pessoas para venda de seus corpos.

Ainda nas ideias do autor esse modelo prejudica os (as) profissionais do sexo por não adequar lugares específicos de trabalho, não serem empregados formais e por isso não possuem direitos sociais, ocasionando em uma classe de trabalhadores marginalizadas. Todavia, à o modelo legalizador experienciando na Alemanha e Holanda aonde são garantidos direitos trabalhistas, sociais e civis, repudiando a repressão da prostituição.

Nas menções de Olivar (2012) as prostitutas brasileiras elaboraram uma rede de planejamento para uma luta política contra a vitimização e o estigma vivenciado pelas putas, sendo Gabriela Leite e tantas outras autoras na defesa da criação do sujeito prostituta, sujeito de direitos. Trata-se de uma luta para direito de não precisar justificar nem pedir desculpa pelo seu trabalho, nem pelo que faz com seu corpo. A defesa da profissionalização que possibilite a desconstrução da imagem pejorativa da puta não retira o caráter antitráfico e antiexploração sexual de pessoas.

Segundo Rodrigues (2009) as lutas favorecerem a promulgação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que trata a(o) profissional do sexo na classe de ocupação, definindo

a(o) garota(o) de programa, a meretriz, a mensalina, a prostituta, a mulher da vida, são pessoas que buscam programas sexuais; participam de atividades educativas no campo da sexualidade, que atendem e acompanham clientes, contendo durante essas atividades procedimentos e normas para minimizar a vulnerabilidade da profissão.

De acordo com a autoria anterior, a documentação elaborada pelo MTE elucida a necessidade do cuidado a saúde sexual e outras condições para o exercício seguro e competente, resguarda ainda a empregabilidade das (os) trabalhadoras do sexo executarem outras formações e terem alternativas de geração de renda caso queiram desvincular-se da ocupação. É notório os avanços no âmbito do trabalho e da saúde com a mudança promulgada pela CBO sendo uma iniciativa importante para a discussão das políticas públicas assumidos no Brasil em fóruns que procuram dialogar sobre o estatuto legal da prostituição, sendo contrapostas ao modelo higienista, por exemplo, as propostas contidas na PL 98/2003 que se aprovada poderia mudar o significado social daquelas e daqueles que vivenciam a prostituição.

Segundo Brasil (2003) os escritos da PL 98/2003 proferiam a exigência de pagamento pela prestação de serviço sexual de acordo com o tempo gasto, podendo o pagamento ser exigido apenas por quem presta-lo. Com a tentativa de implementação da PL Gabriela Leite de, Brasil (2013) discorre que o profissional do sexo seria considerado apenas quando maior de dezoito anos, vedando a prática de exploração sexual e possibilitando a autonomia profissional bem como constar a possibilidade de construção de um coletivo, o que promoveria à retirada das casas de prostituição da marginalidade e da associação com o crime, bem como efetivaria melhorias nas condições de trabalho, higiene e segurança.

Diante da citação acima pode-se referir que a prostituição feminina está associada a uma ordem social e econômica alinhada na compra e venda do desempenho da mulher durante o ato sexual e por isso é necessário normatizações, pois segundo Pateman (1993) apud Vieira (2016) ao associar a inserção das prostitutas por motivos econômicos e como empreendimento capitalista é indispensável perceber as assimetrias de poder existentes na relação prostituta-cliente, homem-mulher, onde o contrato não garante a mesma significação de um contrato de trabalho formal.

Para as mulheres brasileiras trabalhar e conquistar autonomia financeira é mais que um direito, é quase uma obrigação social, uma responsabilidade da mulher que é mãe e cidadã, o ato de prostituir-se passa a ser tolerada diante da valorização da mãe que se sacrifica pelos filhos, segundo Brasil (2004) os grupos de prostitutas muitas vezes alinham o discussão da escolha laboral com a impossibilidade de capacitação para adentrar à um mercado de trabalho

formal ou os baixos salários que possuem nos empregos que são ofertados, sendo comércio sexual mais vantajoso.

(Pasini 2005 apud Burbulhan, Guimarães e Bruns 2012) expressam que mesmo existindo a categoria de profissionais do sexo na Classificação Brasileira de Ocupações, ainda ocorre a marginalização dessas mulheres, uma vez que o mercado sexual ainda é considerado como prática criminosa. Todavia, é sugerido pensar no movimento além de uma vitimização dessas mulheres, pois a adesão ao mundo das trocas sexuais por dinheiro expressa uma escolha e a presença ativa.

Destarte, é imprescindível salientar que a temática da prostituição elenca a politização da sexualidade e do gênero, desde da sexualização da mulher-mãe-dona de casa às putas, é um assunto que problematiza os direitos trabalhistas das mulheres na sociedade brasileira já que o gênero e as questões moralistas configuram a mulher no mercado de trabalho formal, informal e marginal.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A elaboração dessa perquirição iniciou com o anseio de compreender sobre a experiência de prostitutas na cidade de Juazeiro do Norte-CE a partir da marginalidade do trabalho, todavia, houvera dificuldades no contato com essas mulheres devido falta de adesão das mesmas em participar da pesquisa. Dentre os aspectos da impossibilidade da pesquisa qualitativa, destacou-se a preocupação das mesmas em expor sua experiência de vida, uma vez que ao indagar o que seria estabelecido nas entrevistas manifestavam não se sentirem confortáveis para relatar a respeito do seu passado e acerca das vivências atuais, já que estas poderiam as deixarem expostas demais na sociedade.

A experiência mínima de contato com essas mulheres possibilitou entender a necessidade de uma maior disposição de tempo anterior para viabilizar um vínculo de confiança. Nesse sentido, houve a mudança na configuração da presente perquirição. Porém, diante do levantamento dos trabalhos e da configuração da problemática percebe-se o alcance de delineamento dos objetivos estipulados na pesquisa bibliográfica.

A prostituição é intitulada popularmente e no meio acadêmico como a atividade laboral mais antiga do mundo, dado constatado nos escritos que dispõem da historicidade contada em relação ao tempo, lugares, pessoas que significaram a prostituição e a figura da prostituta de diferentes formas sendo essas destacadas, por exemplo, de endeusamento à marginalidade.

O capitalismo denotou a emprescibilidade de configurar culturas para o empreendimento do consumo, passando os indivíduos a significar o consumo como mecanismo não verbal para comunicar identidades, alicerçando discursos promulgados fortemente pela mídia capazes de construir o anseio de obter bens materiais, status, poder e identidade socioeconômica. Diante disso, percebe-se que os dados obtidos discorreram do consumo não de qualquer produto, mas sim do corpo, corpo da mulher, reelaborando a adequação do mesmo para a indústria do consumo da beleza, uma vez que é estipulado pelo capitalismo quais os melhores corpos e o que devem consumir para sua manutenção.

Entendo que o corpo não é apenas biológico, mas também como construção sócio histórica, essa que interlaçada em discursos de várias ciências, dentre essas a médica, jurisprudência, social apresentaram por muito tempo o corpo feminino como patogênico, objeto de consumo, objeto patológico, objeto para adestramento e contenção, ocasionando na direção da construção da história de mulheres classificadas como passivas, incapazes e que também se tornaram construtoras de uma vida sem direitos sociais e trabalhistas, entendo que a construção identitária é uma via de mão dupla, ou seja o social influência de forma subjetiva e vice-versa.

De um lado, as mulheres-mães-donas-de-casas, outrora as mulheres públicas-párias-prostitutas essas que iniciaram à experiência uma vida marginalizada desde que o sexo e a mulher passou a ser tabu, pecado e imoralidade, sendo incomum entre as mesmas a falta de acesso ao âmbito de trabalho e à possibilidade de consumir ativamente na sociedade. Porém diante do avanço de lutas feministas observou-se uma mudança no âmbito do trabalho, esse que necessitou estipular vagas de trabalhos formais para as mulheres.

São identificadas possíveis respostas para a presença da prostituição, tais como, a baixa escolaridade, a necessidade de complementar a renda familiar, como também o direito de vivenciar uma liberdade sexual. Isso possivelmente responde o próprio movimento elaborado por putas na defesa de seus direitos sociais e trabalhistas, sendo esses vistos na construção de um coletivo que atua contra os estereótipos e preconceitos que são embasados em uma moralidade ocidental patriarcal, expressa no poder médico higienista e policial que atuou na repressão, na vigilância e na marginalização dessas mulheres e que talvez ainda configure ao perceber a não adesão da PL 98/2003, sendo essa justificada pelo anseio de romper as violências contra as prostitutas.

Embora não conseguindo a promulgação da PL 98/2003, as putas conseguiram o avanço com a locação da prostituição na Classificação Brasileira de Ocupações intitulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, promovendo a diferenciação entre o tráfico sexual de

mulheres e a prostituição, adequando como as prostitutas e a sociedade deve entender o meretrício sendo esse diferente do lenocínio.

Portanto, buscando aqui discorrer sobre a prostituição de mulheres, ocorre a inserção de vários tipos de mulheres na atividade laboral, observando a construção de diferentes experiências essas desde da fuga da prostituição por intitular a atividade como indigna, preferindo a experiência de uma atividade formal com precariedade de direitos, como também o discurso de mulheres que defendem que o ato de prostituir-se evidenciado na luta por liberdade sexual e melhorias de direitos trabalhistas, devendo ser regulamentada como trabalho formal.

Os escritos postulados para elaboração dessa perquirição possibilitou a compreensão das mulheres que podem ser comparadas com Geni, figura de uma mulher hostilizada pela sociedade poetizada na música de Chico Buarque, mas que acaba sendo tratada de um modo diferenciado quando há necessidade diante da ameaça de ataque de um Zepelim, homem com poder comandante que se encanta pela mulher.

Nesse sentido, a nomeação dessa pesquisa com primeiro título “Jogam Pedras na Geni!!!” tem como anseio expressar a dualidade contida na perspectiva da imagem de Geni e de outras prostitutas, de seus corpos, de sua identidade e das diversas formas de estarem inseridas na prostituição, que em algumas circunstâncias é marginalizada, revelando o caráter moralista da sociedade que subsidia a construção de saberes que circunscrevem a exclusão social de mulheres, quando estas são classificadas como infratoras das leis contidas no imaginário societal.

Por outra via, sugere pensar não somente Geni como a figura de uma mulher marginalizada, assim como é apresentada nas primeiras narrações da música, mas a figura de várias mulheres que estão inseridas na prostituição por diversos motivos, por exemplo, o direito de vivenciar sua sexualidade sem ser caracterizada como promíscua, percebendo que outrora as prostitutas também são mulheres que defendem seus direitos e qualidade de vida, influenciando a emprescibilidade de debater a construção identitária dessas mulheres no âmbito da prostituição. Pensar em Geni, sugere refletir sobre a prostituta que embora marginalizada, é desejada.

A ambivalência em torno da prostituição salienta a importância de contextualizar os estudos sobre sexualidade, gênero e trabalho percebendo a politização na construção de pesquisas que problematizem o papel das mulheres na sociedade brasileira o âmbito de trabalho formal e marginal compreendendo este como lugar de construção e reconstrução de identidades.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, V.B. S. **Entre o marginal e o laboral**: o trabalho de garotos de programa da cidade de Fortaleza. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2014.
- ARAÚJO, E.G. Consumir para ser: o consumo na contemporaneidade sob um enfoque sociológico. p. 1-13, jun, Paraíba, 2010.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- BASTOS, A.V.B; PINHO, A.M.P; COSTA, C.A. **SIGNIFICADO DO TRABALHO UM ESTUDO ENTRE TRABALHADORES INSERIDOS EM ORGANIZAÇÕES FORMAIS**. Rev. Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n. 6, p. 20-29, Nov./Dez. 1995.
- BARRETO, D.R.D. Luta por invisibilidade ou reconhecimento? Um estudo sobre a história de vida de acompanhantes de luxo. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2014.
- BARROS, L. A. Mariposas que trabalham: Uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte. **Jus Navigandi**, v.9, n. 827, 2005.
- BEAUVOIR, S. O SEGUNDO SEXO: A EXPERIENCIA VIVIDA. Trad. Sérgio Milliet: 2.ed.São Paulo:Difusão Européia do Livro, 1970.
- BRASIL. Avaliação da efetividade das ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo, em três regiões brasileiras. Brasília, 2004.
- BRASIL. PROJETO DE LEI Nº 4211, de 2012. Lei Gabriela Leite, Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. PROJETO DE LEI 98/2003, de fevereiro de 2003. PROJETO DE LEI 98/2003, Brasília, DF, fevereiro de 2003.
- Bourdieu, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BURBULHAN, F.; GUIMARARÃES, R.M.; BRUNS, M.A.T. Dinheiro, afeto, sexualidade: a relação de prostitutas com seus clientes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 4 p. 669-677, out-dez. 2012.
- CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- CAMPBELL, C. A ética romântica e o espírito do consumismo moderno/ Colin Campbell: tradução de Mauro Gama- Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CASTRO, A.L. Corpo, consumo e mídia. REV. **Comunicação, mídia e consumo**, v.1, n.1, 2004.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A identidade social e suas relações com a ideologia**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

COELHO, R.F.J.; SEVERIANO, M.F.V. Histórias dos usos, desusos e usura dos corpos no capitalismo. **Rev. Dep. Psicol.,UFF**, Niterói, v. 19, n. 1, p. 83-99, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-80232007000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000100007&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 19 Out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232007000100007>.

COSTA, J.F. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5.ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

DEL PRIORE, M. **História do Amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DUARTE, D.C. Os modelos da disciplina penal acerca da prostituição, a problemática da sua legalização e suas possíveis consequências sociais. p.1-3, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/46174/os-modelos-da-disciplina-penal-acerca-da-prostituicao-a-problematica-da-sua-legalizacao-e-suas-possiveis-consequencias-sociais/1>

ENGEL, M. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).- 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FEATHERSTONE, M. Cultura de consumo e Pós-Modernismo. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, M.G.M. O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.4, p. 1051-1065, 2009.

GERSHON, P. **Profissionais do sexo: da invisibilidade ao reconhecimento**. **Rev.Sociologia Jurídica**, n.2, jan/junh, 2006. Disponível em: <https://sociologiajuridica.net/profissionais-do-sexo-da-invisibilidade-ao-reconhecimento/>. Acesso em: 01 de Agosto, 2019.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática de libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

GIL, Antônio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, K; MERCHÁN-HAMANN, E. **Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania**. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, p.525-544, setembro-dezembro, 2005

GOMES, R. Prostituição Infantil: Uma Questão de Saúde Pública. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.58-66, Jan-Mar, 1994.

HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 24-41, Jun 2009. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222009000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100003&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 16 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100003>.

JACQUES, M.G. IDENTIDADE. In: STREY, M.N et al(org.). Psicologia Social Contemporânea. 18.ed.Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LACERDA, L.E.P; LARA.R. 2012, São Paulo. A IMPOSSIBILIDADE DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL. In: VII Seminário do trabalho: trabalho, educação e políticas sociais no século XXI. São Paulo: Rede de Estudo e Trabalho, 2012. ISSN 2177-62253. Disponível em: <https://estudosdotrabalho.org/gt2.html>. Acesso em: 19 de setembro.

LE BLANC, G. Vidas ordinárias, vidas precárias: sobre la exclusión social. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007

LE BRETON, D. Adeus ao corpo: antropologia e sociedade. São Paulo: Papius, 2003.

LOBO, B.T.F; SOUZA, T.M.C. Corpo feminino e determinações da indústria cultural: contribuições da psicologia social. História e Diversidade Cultural. Textos Completos, 2012, Goiás. Anais do III Congresso Internacional de História da UFG, Goiás, 2012.

LOPES, N. "Prostituição Sagrada" e a Prostituta como Objeto Preferencial de Conversão dos "Crentes". **Relig. soc.**, Rio de Janeiro , v. 37, n. 1, p. 34-46, Jan. 2017 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-85872017000100034&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872017000100034&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 14 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872017v37n1cap02>.

MANCEBO, D et al. Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. **Rev. Estudos de Psicologia**, v.7, n. 2, p.325-332, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2002000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000200013&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 21 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200013>.

MARX, K. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Moreira, R. A. P. R. (2009). *Prostituição de Rua: Um problema de saúde pública? Contributos para o seu estudo*. (Dissertação de Mestrado, Medicina Legal). Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7208>

NEVES, L.M.B; NEVES, J.A.S. A marginalidade enquanto identidade: a literatura de periferia e o empoderamento cultural de seus sujeitos. **Rev. Linguagens, Artes e Estudos em Cultura**: v.2, n.1, p.213-228. 2016.

NOVAES, Joana de Vilhena. Beleza e feiúra. Corpo feminino e regulação social. In: Del Priore (org.) **A História do corpo no Brasil**. São Paulo:Unesp, 2011.

NUNES, S.A. A medicina social e a questão feminina. **PHYSIS-Revista de Saúde Coletiva**, v.1, n.1, p. 50-76, 1991.

OLIVAR, J. M. Prostituição feminina e direitos sexuais...diálogos possíveis?. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n.11, p.88-121, ago, 2012. Disponível em: [www.sexualidadsaludysociedad.org](http://www.sexualidadsaludysociedad.org)

OLIVAR, J.M.N. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis?. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro , n. 11, p. 88 121, Aug. 2012 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872012000500005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000500005&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 14 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872012000500005>.

OLIVEIRA, J.S. As novas fronteiras do trabalho: vivências 'à margem' dos trabalhadores do tráfico de drogas. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, T. Z.; GUIMARÃES, L. V.; FERREIRA, D. P. Mulher, Prostituta e Prostituição: da História ao Jardim do Éden. **Teoria e Prática em Administração**, v. 7, n. 1, p. 139-169, 2017.

PADILHA, Valquíria. Desejar, comprar e descartar: da persuasão publicitária à obsolescência programada. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 68, n. 4, p. 46- 49, Dec. 2016. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S00096725016000400015&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00096725016000400015&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 17 outubro de 2019. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000400015>.

PENHA, J.C et al . Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 65, n. 6, p. 984-990, Dez. 2012 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672012000600015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000600015&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 21 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672012000600015>.

PEREIRA, S.J.N; AYROSA, E.A.T. Corpos consumidos: cultura de consumo gay carioca. **Rev. o&s**, Salvador, v.19, n.61, p. 295-313, Abril-Jun, 2012. Disponível em: [www.revistaoes.ufba.br](http://www.revistaoes.ufba.br).

POLÓN, L.C.K. Sociedade de Consumo ou o consumo da sociedade? Um mundo confuso e confusamente percebido. **AS POLÍTICAS SOCIAIS NAS TRANSIÇÕES LATINOAMERICANAS NO SÉCULO XXI: TENDÊNCIAS E DESAFIOS**, 2011, Paraná. Anais do 5º Seminário Nacional estado e políticas sociais, Paraná: GPPS - Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais da UNIOESTE, 2011.

PONTES, S.C; LIMA, N.M.F. Destinos imperfeitos de meninas e mulheres do nordeste brasileiro: o importante papel do estudo formal e do acesso ao mercado de trabalho. p.168-175 In: IGUTI, A.M; MONTEIRO (org.). **I Saúde e trabalho de mulheres: gênero como determinante de desigualdades sociais**.10.ed. Campinas: Unicamp, 2017.

RAGO, M. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890-1930. -4.ed.- São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAGO, M. Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930).-2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RODRIGUES, M.T.A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76 jan./jun. 2009.

RODRIGUES, R.M. Prostituição e construção de carreira: um estudo sobre o trabalho da prostituta no centro de Salvador. Dissertação (mestrado- programa de pós-graduação em psicologia.)- Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, p.2-110, 2010.

SEVERIANO, M.F.V et al. O CONSUMO DE IMAGENS DE MARCA E SEU IMPACTO NA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DOS JOVENS. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 07-17, jan./jun. 2011.

SEVERIANO, M.F.V; KOSOVITCH, E.A. As subjetividades contemporâneas sob o signo do consumo – Os Ideais Narcísicos na Publicidade da TV: Produção e Consumo. Tese (Doutorado Faculdade de Educação)- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, São Paulo p.13-545, 1999.

SCHMITT,J.C. A história de Marginais. *In: A história nova/sob a direção de Jacques Le Goff; Roger Chartier; Jacques Revel*; Tradução Eduardo Brandão, 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SILVA, E.F; COSTA, D.B; NASCIMENTO, J.U. O trabalho das profissionais do sexo em diferentes lócus de prostituição da cidade, **Psicologia: Teoria e Prática**, v.12, n.1, p.109-122, 2010.

SILVA, K. A. T.; CAPPELLE, M. C. A. O Trabalho na Prostituição de Luxo: Análise dos Sentidos Produzidos por Prostitutas em Belo Horizonte – MG. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. Ed. Especial, p. 23-39, 2017.

SILVA, T.M.G. O corpo feminino sob tirania na pós-modernidade, **Rev. unifamma**, Maringá, v.12, n.1, p.41-54, ago, 2013. Disponível em: <http://revista.famma.br/unifamma/>

SILVA, T.R.R. Prostituição feminina: interação entre sexualidade, corpo, cor e desejo. 2006. Disponível em: [http://fazendogenero.ufsc.br/7/st\\_51.html](http://fazendogenero.ufsc.br/7/st_51.html)

SILVESTRE, A.R; FERNANDES, L. **Trabalho e processos de marginalização social no século XXI**: aproximações teóricas e dados estatísticos. **Rev. Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v.27, p. 27-44. 2014.

SOUZA, O; OLIVEIRA, L.J. Globalização e relações de consumo: servidão moderna e degradação ambiental. **Rev. Direito Ambiental e sociedade**, v. 6, n.2, p.156-178, 2016. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/issue/view/203/showToc>

TAVARES, H.O; CASTRO, A.L. DISCURSO E PODER: a prescrição do controle corporal em blogs plus size, *Rev. de Ciências Sociais*, n. 47,p. 97-119, Jun-Dez, 2017.

VASCONCELOS, N.A.; SUDO, I; SUDO, N. Um peso na alma: o corpo gordo e a mídia. **REV. MAL-ESTAR E SUBJETIVIDADE**, Fortaleza, v. IV, n. 1, p. 65 – 93, mar, 2004.

VIEIRA, P.A. A PROSTITUTA: DO UNIVERSO BÍBLICO À SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 2016. Disponível em: [www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

ZANIRATO, S.H; ROTONDARO, T. Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade. **Rev. Estud. av.** São Paulo , v. 30, n. 88, p. 77-92. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142016000300077&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000300077&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 14 Outubro 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142016.30880007>.

WAGNER, D.; SANTIN, M.A. UMA QUESTÃO DE DIREITOS: LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA PROSTITUIÇÃO, p. 1-23, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Artigo-Daiane-Wagner.pdf>

WOLF, N. O mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução de Waldea Barcelos, Rio de Janeiro: Rocco, 1992.